

A TEORIA DA BASE DE EXPORTAÇÃO DE DOUGLASS NORTH: UMA CONTRAPOSIÇÃO ENTRE OS CASOS DO BRASIL E ESTADOS UNIDOS A PARTIR DO CONCEITO DE REGIÃO

THE DOUGLASS NORTH'S EXPORT BASE THEORY: AN OPPOSITION BETWEEN THE CASES OF BRAZIL AND UNITED STATES FROM THE CONCEPT OF REGION

Cryslãine Flavia da Silva Rodrigues¹

RESUMO

A partir dos pressupostos da Teoria da Base de Exportação (TBE) de Douglass North e de uma breve discussão sobre o conceito de região, este trabalho buscou fazer uma contraposição entre as dinâmicas de crescimento e desenvolvimento experimentadas pelos Estados Unidos e pelo Brasil a partir da sua colonização, respectivamente, no século XVIII e XVI. O estudo fundamentou-se em pesquisa bibliográfica e no método dedutivo-histórico. Concluímos que tanto o Brasil como os Estados Unidos somente podem ter suas dinâmicas de crescimento e desenvolvimento compreendidas a partir da concepção de região como um subespaço do espaço nacional construído socialmente. Este conceito diverge em relação às proposições apresentadas por D. North no âmbito da sua TBE e carrega em si uma série de especificidades inerentes aos processos sociais, emergentes em diferentes escalas e resultado de determinações econômicas, político-jurídica e cultural-ideológica.

Palavras-chave: Base de exportação; Crescimento regional; Brasil; Estados Unidos.

ABSTRACT

Based on the assumptions of the Douglass North's Export Basis Theory (EBT) and a brief discussion about the concept of region, this work aimed to make a contraposition between the dynamics of growth and development experienced by the United States and Brazil since its colonization, respectively, in the XVIII and XVI centuries. The study was based on literature review and deductive-historical method. We concluded that both Brazil and the United States can only have its dynamic growth and development understood from a conception of the region as a subspace of the national space socially constructed. This concept diverges from the propositions made by D. North in the context of his EBT and carries with a number of specificities inherent to social processes, emerging at different scales and result of economic, political-legal and cultural-ideological determinations.

Keywords: Export base; Regional growth; Brazil; USA.

JEL classification: N90; R1.

¹ Bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestrado em Economia Regional pelo programa de pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente é doutoranda em Economia do Desenvolvimento pelo programa de pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: cryscg@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A partir de meados da década de 1950, o ressurgimento do interesse pela teoria da localização nos Estados Unidos da América (EUA) provocou um expressivo interesse pelos trabalhos pioneiros sobre a questão. Por outro lado, até então uma expressiva lacuna se verificava nos estudos realizados sobre a teoria da localização, qual seja: a desconsideração dos aspectos históricos da questão. Chamando atenção para tal fato, Douglass North, no âmbito de um “*paper*” publicado em 1955, afirmou que “*muito pouco foi feito no sentido de aplicar os princípios da localização à análise histórica do crescimento das regiões dos Estados Unidos.*” (NORTH, 1955, p. 333).

Procurando contribuir para inclusão da análise histórica na questão do crescimento econômico das regiões e países, North elaborou a Teoria da Base de Exportação (TBE), a qual se constituiu a primeira teoria a defender que as exportações desempenham papel central no processo de crescimento e desenvolvimento de uma região e por consequência, de um país como um todo. E seguindo essa perspectiva, North (1955) chega a propor que o conceito de região deveria ser redefinido, de modo a destacar que a coesão unificadora de uma região deveria ser vista, sobretudo, em torno de uma base de exportação comum; podendo este conceito ser aplicado a qualquer região que tenha se desenvolvido dentro de um quadro de instituições capitalistas e sem sofrer as restrições impostas pela pressão populacional. O estudo seminal de North utilizou como exemplo empírico o caso da colonização das regiões dos EUA.

Já o ponto de partida para a construção do presente artigo é a consideração do seguinte fato: apesar de tanto os EUA quanto o Brasil terem sido colonizados como empreendimentos essencialmente capitalistas (ainda que mercantil), ambos apresentaram rumos posteriores bem diferentes no que se refere à sua dinâmica de crescimento e desenvolvimento econômico. Nesse sentido, convém lembrar que o Brasil permaneceu durante um longo período de tempo (1500-1930) com a sua dinâmica de crescimento sendo determinada essencialmente por um modelo primário-exportador (ou seja, voltado para exportação de produtos primários), comum ao tipo de colonização realizado e de difícil superação.

Ao ter tal fato em vista, este trabalho tem como objetivo geral realizar, a partir dos pressupostos da TBE e de uma breve discussão sobre o conceito de região, uma contraposição entre as dinâmicas de crescimento e desenvolvimento experimentadas pelos EUA a partir de sua colonização no século XVIII (conforme estudado por North), e pelo Brasil a partir de sua colonização no século XVI.

Para tanto, além desta introdução, o trabalho está dividido em mais três seções principais. Na segunda seção, é apresentada a TBE de North. Na terceira, faz-se uma sumária retomada da discussão sobre o conceito de região existente na literatura. Já na quarta seção, tomando por base as discussões apresentadas nas seções 2 e 3, é feita uma contraposição entre os processos de formação, crescimento e desenvolvimento do Brasil e dos EUA. Por fim, na quinta seção, se tem as considerações finais.

De um modo geral, a pesquisa desenvolvida neste trabalho pode ser classificada como sendo essencialmente bibliográfica. Já quanto ao seu caráter, a mesma pode ser classificada como sendo de ordem histórico-dedutivo.

A TEORIA DA BASE DE EXPORTAÇÃO DE DOUGLASS NORTH

Apesar da teoria da localização ter se iniciado em 1826 a partir do trabalho realizado pelo economista alemão von Thünen (o qual construiu um modelo de localização voltado para os empreendimentos agrícolas), é possível dizer que no que se refere ao século XX, as primeiras teorias sobre localização industrial surgiram a partir dos trabalhos do economista alemão Alfred Weber, em 1901, e do geógrafo alemão Walther Christaller, em 1933. Weber construiu um modelo teórico sobre a localização industrial indicando a minimização dos custos de transporte como o determinante fundamental na escolha locacional de uma indústria. Já Christaller desenvolveu uma teoria sobre a hierarquia dos centros urbanos, estabelecendo uma lógica distributiva espacial dos bens ofertados.

Um pouco mais tarde, em 1954, o economista alemão Auguste Losch apresentou um modelo que enfatiza o lucro extra em função de ganhos de escala que derivam da área de mercado ocupada pela empresa.

Já em 1956, em meio ao ressurgimento do interesse pela teoria da localização no âmbito dos Estados Unidos, o economista Walther Isard procurou criar um modelo que se apresentou como síntese geral dos modelos de Weber, Christaller e Losch. Em tal modelo geral, Isard uniu a minimização dos custos, as áreas de mercado e as variações espaciais da demanda (FERREIRA e LEMOS, 2000).

Entretanto, convém aqui chamar atenção que de um modo geral, todos os estudos sobre as teorias da localização de pelo menos até o fim da década de 1940, se constituíam em teorias estáticas lastreadas no paradigma neoclássico. Devido, possivelmente, à influência marshalliana, as teorias neoclássicas tradicionais reconheciam o papel das economias de aglomeração como fator de indução da localização das firmas, mas esse papel era sempre secundário frente aos demais indutores do processo de localização, principalmente ao fator custo dos transportes (PEREIRA, 2008).

E foi justamente contra as teorias da localização supramencionadas que o economista estadunidense Douglass North voltou suas críticas. Conforme destacou North (1955), a teoria do crescimento regional dominante na década de 1950 descrevia uma típica sequência de estágios que não apresentavam correspondência com o caso do desenvolvimento histórico dos EUA a partir de suas regiões.

As teorias convencionais da época explicavam o desenvolvimento de uma região a partir de uma sequência de etapas vista como fundamentais, as quais consistiam: a) na economia de subsistência, auto-suficiente e agrícola; b) no desenvolvimento do comércio a partir da melhoria do transporte; c) na comercialização inter-regional; d) na industrialização, e, por fim, e) na especialização em atividades terciárias, produzindo para exportação.

Entretanto, no que se refere ao desenvolvimento dos EUA, segundo North (1955), uma importante discrepância era imediatamente evidenciada: a de que os EUA tinham sido colonizados como um empreendimento capitalista. *“Desde as primeiras sociedades anônimas, o objetivo básico era explorar a terra e seus recursos, com o fim de produzir bens para serem comercializados “fora” e que se transformariam em renda monetária”* (NORTH, 1955, p. 295). E assim sendo, o povoamento das *“regiões novas”* e seu crescimento subsequente puderam ser determinados pelo mercado mundial, isto sem nunca ter passado e se passou pela economia de subsistência foi somente enquanto a deficiência dos meios de transportes era rapidamente corrigida pelos colonizadores.

Como exemplo do acima mencionado, North (1955) colocou que o Pacífico Noroeste dos EUA nunca apresentou economia de subsistência. Antes mesmo de sua ocupação geral, a *Hudson Bay Company* já explorava na região o negócio de peles. Com o declínio do comércio de peles e a chegada dos colonos, o trigo, a farinha e as madeiras se desenvolveram rapidamente como produtos de exportação. Sendo praticamente todo o restante do setor secundário, bem como do terciário, passivo, no sentido de que se destinava apenas a atender às necessidades do consumo local.

Fundamentado em exemplo empírico, como o supramencionado, North elaborou a sua TBE, designando o termo *base de exportação* para a coletividade dos produtos de exportação das “regiões novas”, fossem eles do setor primário, secundário ou até mesmo terciário. Sugeriu que para os propósitos dos economistas, o conceito de *região* deveria ser redefinido, a fim de salientar que a coesão unificadora de uma região, acima e além das semelhanças geográficas, é o seu desenvolvimento em torno de uma base de exportação comum. Além disso, destacou que a teoria se aplica a qualquer região que tenha se desenvolvido dentro de um quadro de instituições capitalistas e sem sofrer as restrições impostas pela pressão populacional (NORTH, 1955).

Em sua TBE, partindo do pressuposto da produção econômica polarizada no espaço, North afirmou que o sucesso da base de exportação desempenharia um papel vital na determinação do nível de renda absoluta e *per capita* de uma região, no desenvolvimento de indústrias secundárias e terciárias, no padrão de urbanização, no tipo da força de trabalho, nas atitudes sociais e políticas e na sensibilidade da renda e emprego.

De acordo com North, o sucesso da base de exportação poderia ser compreendido pelos princípios da teoria da localização, pois o desenvolvimento de um artigo de exportação refletia uma vantagem comparativa nos custos relativos da produção, incluindo os custos de transferência e distribuição que refletem diretamente nos custos totais de produção.

O sucesso das exportações poderia ocorrer também como resultado do desenvolvimento de novos produtos de exportação. De acordo com North, obviamente, o declínio dos produtos da base de exportação deveria ser acompanhado pelo crescimento de outros, ou então, a região ficaria “encalhada”. Além disso, dentre outros pontos colocados, North nitidamente destacou a suma importância das diversas instituições, inclusive do Estado, para a promoção de melhoramentos internos na produção/e ou comercialização dos produtos da base e, assim, torná-la mais competitiva (NORTH, 1955).

Sobre o papel da TBE no desenvolvimento de novas indústrias, North, partindo do seu exemplo empírico (os EUA), afirmou que não existe razão ou motivo para que todas as regiões devam, necessariamente, se industrializar para continuar a crescer, uma vez que uma grande quantidade de indústrias secundárias e terciárias se desenvolverá automaticamente, seja por causa das vantagens locacionais da “indústria orientada para as matérias-primas”, seja como um reflexo passivo do crescimento da renda da região, resultado do sucesso de seus produtos de exportação (NORTH, 1955).

De acordo com North (1955), com o crescimento da população e da renda, as poupanças locais aumentariam. E assim sendo, tanto estas como o capital reinvestido podiam fluir para as indústrias de exportação apenas até certo ponto, depois, certamente, o capital acumulado tenderia a fluir para outras atividades, com uma parte indo para a “indústria local” (que produz para o consumo local) e para as “indústrias subsidiárias da exportação”, e a outra parte indo para as indústrias “sem raízes”, as

quais não têm os custos de transferência como sendo de grande importância para sua localização e portanto, se desenvolvem ao acaso em uma localidade.

As indústrias, quer fossem “locais” ou “sem raízes”, poderiam começar a servir apenas à região, mas poderiam também se expandir de modo a se tornarem indústrias de exportação. Nesse ponto, a região não seria mais jovem, os benefícios sociais básicos seriam criados através da pressão política ou como parte do padrão de desenvolvimento urbano, e o desenvolvimento de uma força de trabalho treinada e o capital local tornariam muito fácil o desenvolvimento de novas exportações, ampliando assim a base de exportação. Além disso, nesse momento, poder-se-ia esperar que as diferenças entre as regiões fossem cada vez menos marcantes, que a indústria secundária se tornasse mais igualizada e, certamente, em termos econômicos, que o regionalismo tendesse a desaparecer. (NORTH, 1955).

Uma vez isto posto, é possível percebermos que a TBE de North está diretamente vinculada à discussão sobre o conceito de região e à problemática regional. Assim sendo, no intuito de melhor subsidiar a análise comparativa proposta no presente trabalho, passemos à seção 3 a seguir.

SOBRE O CONCEITO DE REGIÃO

Pelo o que foi colocado na seção anterior, é possível perceber que North, estando mais preocupado em examinar a dinâmica de crescimento de uma região, apresentou uma grande imprecisão em relação ao que seja uma *região*. “*A par do excesso de simplicidade dessa teoria que divide a economia mundial em dois componentes: ‘a região’ e ‘o resto do mundo’ [...] Supõe-se que ‘a região’ é aquilo que não é ‘o resto do mundo’, ou seja, fica definida por exclusão*”. (BREITBACH, 1988, p. 41, grifo nosso).

Na realidade, conforme também expõe Bezzi (1998), é bem verdade que abordar o termo/conceito região nas ciências, em geral, é tocar em ponto bastante delicado, já que envolve um grande debate permeado por indefinições e discrepantes discordâncias. Entretanto, conforme salienta Breitbach (1988), os conceitos no âmbito do conhecimento científico desempenham papel fundamental, pois organizam a realidade, apontando as características distintas e essenciais do fenômeno.

Nesse sentido, esta seção, tendo em vista embasar a discussão a que se propõe este trabalho, e longe de objetivar elaborar um conceito de região, busca apenas destacar que em conformidade com Breitbach (1988, p. 90): “*o conceito de região capaz de captar e dar substância analítica a uma realidade em permanente transição deve, a nosso ver, fazer uso de categorias básicas como espaço [segundo uma concepção de que não existe espaço neutro], modo de produção e divisão do trabalho.*” Sendo o termo *categoria* reservado, em linha com Coraggio (1979), para aquelas determinações/elementos centrais de existência constitutiva de um campo de fenômenos delimitados cientificamente; determinações centrais estas que quando excluídas, nos impede de apreender, por via do conhecimento, o fenômeno encarado em sua natureza essencial. Valendo ainda salientar também que de acordo com o mencionado autor, as categorias, entretanto, não são fruto do pensamento. Elas são uma contrapartida da realidade, sendo assim essencial saber que não é qualquer elemento da realidade que pode ser tratado como uma categoria.

Sobre a categoria espaço, Breitbach (1988) ressalta que de um modo geral, existem na literatura duas concepções. A primeira, podendo ser identificada, por exemplo, nos estudos de Von Thünen, Walter Christaller, August Lösch, François Perroux, Jacques R. Boudeville e Douglass North, é sintetizada num enfoque que

abstraindo-se do sistema social, vê o espaço como um substrato neutro sobre o qual se inscrevem as coisas e, portanto, as atividades econômicas.² E a segunda concepção (adotada neste trabalho), em contraposição à primeira, enfatiza a influência da sociedade sobre o espaço – a visão do espaço socialmente construído, o espaço social.

Inserindo-se no âmbito dessa segunda concepção, cabe destacar, em seguida, alguns pontos presentes nos estudos de José Luis Coraggio, David Harvey, Alain Lipietz e Milton Santos, para ficar em alguns dos principais. A partir da retomada destes pontos, será possível obter uma melhor compreensão sobre a importância das categorias específicas anteriormente mencionadas, quando se tem em vista o entendimento do que realmente define região.

Tratando o próprio espaço como uma categoria, uma determinação constitutiva e inseparável das coisas e dos processos físicos, segundo Coraggio (1979), a região é a forma espacial de um subconjunto social (complexo social-natural), onde nesse complexo os agentes sociais e os elementos naturais apresentam uma relação histórica dialética, não havendo, portanto, apenas agentes sociais e suas relações, mas também elementos naturais relacionados através de processos ecológicos e, ainda mais, um sistema de relações de apropriação de elementos naturais pelos elementos da sociedade em suas diversas determinações, econômicas, jurídico-políticas e culturais.

Seguindo essa perspectiva, Coraggio (1979) compreende a região como resultado de um fenômeno denominado de *regionalização* dos processos sociais, a qual, por sua vez, resulta do que ele chama de divisão territorial do trabalho apreendida como a configuração de subconjuntos produtivos relativamente especializados em áreas compactadas diferenciáveis, como parte de um sistema orgânico de produção social.

Essa discussão de Coraggio (1979) sobre a divisão territorial do trabalho inevitavelmente perpassa, portanto, pela discussão de divisão social do trabalho, e nesse aspecto o mesmo chama atenção para um fato importante, qual seja: não é a diferenciação natural, ou seja, dos recursos naturais, que produz a divisão social do trabalho, uma vez que esta, mesmo na uniformidade de elementos naturais, existiria de qualquer maneira, dada a propensão dos indivíduos a trocar produtos diversos. O que se pode dizer é que as determinações naturais específicas induzem a determinadas formas concretas de divisão social do trabalho.

Lipietz (1979), por sua vez, não apresentou explicitamente preocupação fundamental em buscar um conceito de região, entretanto, ao tratar do modo de inserção do capitalismo no espaço, o mesmo nitidamente trouxe uma contribuição. Segundo o supramencionado autor, toda formação social é uma estrutura complexa de relações sociais, unidas ao nível das instâncias econômicas, político-jurídicas e ideológicas. Esta formação se apresenta como uma articulação de combinações-tipo de relações, combinações estas chamadas *modos de produção* (capitalismo, pequena produção mercantil, produção doméstica, feudalismo...). Entretanto, acontece que essa articulação não é linear; o próprio modo de produção dominante (o capitalista) conta, entre suas condições de existência concreta, na sua formação social considerada, com a presença dos outros modos de produção, os quais lhe servem de reservas de mão-de-obra, de mercado etc. E nesse sentido:

² Estes estudiosos não estavam especificamente preocupados em conceituar o espaço, mas mesmo assim, é possível encontrar em seus trabalhos uma noção acerca de suas concepções sobre o espaço.

Ainda que cada um dos modos de produção possua, *a priori*, sua própria *dinâmica* de desenvolvimento, sua própria lógica, geralmente contraditória em relação às dos outros modos cuja presença a análise revela, patenteia-se que, após a síntese, na articulação concreta dos modos, a *dominância* do modo de produção capitalista impõe ao conjunto sua *unidade*, seu modo de funcionamento, que aparece então como coerente (LIPIETZ, 1979, p. 23, grifos do autor).

Isto posto, Lipietz (1979, p.28) deixa claro que “*são as relações sociais que à medida que têm uma dimensão espacial, ‘polarizam’ o espaço social* [seja na escala internacional, nacional ou regional]”. E, por conseguinte, é a articulação dos modos de produção em sua dimensão espacial que explica a existência de regiões desigualmente desenvolvidas.

David Harvey apresentou uma visão de “espaço construído” pelo capital em seus processos de acumulação e valorização. Os processos de desenvolvimento da cidade ou urbanização, por exemplo, são explicados pelo mesmo como sendo a manifestação espacial do processo de acumulação capitalista (GOTTDIENER, 1997). Harvey procura mostrar que o espaço e a sua organização se constituem na expressão de um conjunto de relações inseridas em uma estrutura maior que ao mesmo tempo, expressa e reage às relações inerentes a essa estrutura. Esse conjunto de relações são resultados do conflito entre o trabalho e o capital no espaço, em especial do espaço urbano (HARVEY, 1982).

No Brasil, Milton Santos se constituiu num dos principais pensadores a elaborar seus constructos teóricos sobre o espaço e a região. Esse geógrafo baiano considera o espaço como a soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra. Em outras palavras, pode-se afirmar que o espaço não se constitui em uma coisa, muito menos em um sistema de coisas. O espaço é uma realidade relacional em que as coisas e as relações entre si existem e atuam conjuntamente (SANTOS, 1997).

Santos (1982) defende que o espaço deve ser considerado como uma totalidade composta por diversos elementos/categorias – os homens, as firmas, as instituições, o meio-ecológico e as infraestruturas –, as quais: 1) estão em constante interação (relação dialética); 2) em cada momento histórico mudam seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial – sendo tempo e espaço indissociáveis –, devendo o valor de cada qual ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo; e 3) em cada tempo são portadores de uma determinada tecnologia e combinação de componentes do capital e trabalho.

Seguindo essa perspectiva, Santos (1982) coloca o espaço como resultado da geografização de um conjunto de variáveis/elementos, de sua interação localizada numa fração do espaço total e define a região como um subespaço do espaço nacional que a cada momento histórico aparece como o melhor lugar para a realização de certo número de atividades produtivas.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO DO BRASIL: Uma contraposição com o caso dos EUA.

Entre os séculos XVI e XIX, inserindo-se num modelo essencialmente primário-exportador, diversas regiões brasileiras apresentaram períodos de significativo crescimento impulsionado, principalmente, pela exportação de alguns produtos primários básicos altamente cobiçados no mercado internacional da época, como por exemplo, cana-de-açúcar (na região Nordeste), café (sobretudo na região Centro-Sul),

ouro (principalmente no estado de Minas Gerais), algodão (produzido em todo o país, do Pará ao Paraná, passando por Goiás e chegando até o Rio Grande do Sul), borracha (na região Norte) e cacau (no sul da Bahia). Entretanto, à exceção da atividade cafeeira (sobretudo em São Paulo), nas atividades supramencionadas não se verificou a criação/e ou a sustentação de atividades industriais e de comércio e serviços locais que dinamizassem as regiões e por consequência, o país em que estavam implantadas. (BRUM, 2009)

Nas palavras de Souza (1980, p. 4):

Exemplos bem conhecidos de efeitos duráveis sobre as atividades locais foram o café em São Paulo e o trigo em algumas regiões da Argentina e dos Estados Unidos. Essas atividades foram capazes de criar atividades locais a elas ligadas, bem como desenvolver o comércio e os serviços locais. Pelo contrário, outras atividades não conseguiram dinamizar as regiões em que estavam implantadas e estas estagnaram, após o desaparecimento da atividade exportadora. Foi o caso do açúcar no Nordeste brasileiro, da borracha na Amazônia e das atividades extrativas em certas regiões subdesenvolvidas. Especialmente as últimas caracterizam o comportamento das empresas estrangeiras, que efetuam um mínimo de gastos nas áreas em que estão instaladas e que exportam todo o excedente por elas criado.

Tendo em vista tal fato, bem como os pontos ressaltados na seção 2 deste trabalho sobre a produção social do espaço (seja na escala internacional, nacional e até mesmo regional), coloca-se aqui que algumas particularidades no processo de formação do espaço social brasileiro – e implícito está suas regiões – explicam porque a despeito de o mesmo ter sido colonizado como um empreendimento capitalista (ainda que mercantil) e ter apresentado, no período que compreende os séculos XVI e parte do XX, uma base de exportação composta por produtos primários com um perfil de demanda altamente dinâmica no mercado internacional da época, as suas regiões e conseqüentemente, o país como um todo, não experimentou semelhante dinamismo de crescimento e desenvolvimento que os EUA a partir de suas regiões, conforme demonstrado na TBE de North.

Um primeiro ponto a ser destacado é o fato que diferentemente do que ocorreu com as regiões do EUA – onde o declínio de um produto de exportação foi rapidamente acompanhado pelo surgimento de um novo produto de exportação dinâmico nas suas regiões (lembrar, por exemplo, do caso do Pacífico Noroeste citado por North) –, no Brasil, conforme coloca Lacerda *et. al.* (2000), o florescimento das exportações não ocorreu de maneira regular e linear, mas sim através de ciclos econômicos, alternando-se períodos de expansão e de contração econômica. Na medida em que o mercado internacional de produtos primários era bastante instável e a pauta exportadora brasileira era bastante concentrada neste tipo de bem, o produto total e o emprego total da economia flutuavam significativamente em função de variações dos preços e, assim, das quantidades exportadas.

A título de comparação (e nesta está um dos elementos centrais que este trabalho busca deixar claro), vale também destacar que o tipo de colonização que ocorreu nas treze colônias inglesas que deram origem aos EUA não foi oficialmente realizada pela Inglaterra, mas sim basicamente por ingleses que no século XVIII abandonaram a sua pátria de origem, na qual se sentiam perseguidos por motivos políticos ou religiosos (FURTADO, 1986; BRUM, 2009). Nesse sentido, conforme bem destacou Furtado (1986, p.188, grifo nosso):

As populações que emigravam para esses novos territórios [estadunidenses] levavam as técnicas e os hábitos de consumo da Europa [capitalista do século XVIII] e, ao encontrarem [com acesso disponível] maior abundância de recursos naturais, alcançavam, rapidamente, níveis de produtividade e renda bastante altos. Como essas “colônias” [de povoamento] só se estabeleciam onde existia uma base de recursos naturais muito favorável, explica-se que suas populações hajam alcançado, desde o início, elevados níveis de vida, comparativamente aos dos países europeus.

Já no que se refere à colonização do Brasil realizada oficialmente por Portugal a partir do século XVI, em meio ao contexto global em que se processou (expansão marítima e mercantil capitalista da Europa), a mesma não teve como objetivo central a criação de uma nova sociedade – uma nação independente. Em última análise, a preocupação central consistiu na exploração das enormes riquezas da terra e na sua remessa aos mercados europeus, ou seja, consistiu na criação de uma *colônia de exploração* (FURTADO, 1986; BRUM, 2009).

Nesse sentido, podemos dizer que a formação do espaço social brasileiro foi substancialmente diferente daquele verificado nos EUA, isto, sobretudo, sob o ponto de vista de dois aspectos importantes ressaltados por Furtado (1986) e que revelam o fato que a colonização como um empreendimento capitalista não resultou no país na criação de uma sociedade capitalista, mas sim mercantil escravista. Quais sejam: 1) o tipo de acesso à propriedade de terras, as quais, embora abundantes no Brasil, estavam concentradas nas mãos de grandes senhores de terra, claramente articulados com os interesses econômicos dos centros hegemônicos mundiais da Europa; e 2) o tipo de mão de obra utilizada, nitidamente mão de obra escrava.

Os aspectos supramencionados, ao resultarem na criação de uma sociedade (obviamente localizada regionalmente no país) na qual a imensa maioria vivia em condições precárias de subsistência e, portanto, marginalizadas do processo econômico dominante, acabaram gerando um entrave à formação de um mercado interno no Brasil, não permitindo assim que a atividade exportadora no país gerasse os efeitos multiplicadores locais sobre os demais setores da economia, no sentido descrito na TBE de North.

Não se pode esquecer que outros dois importantes aspectos também dificultaram a dinamização econômica das regiões brasileiras. Em primeira instância, os interesses político-econômicos da metrópole portuguesa. E, em segunda instância, o padrão de consumo da classe dos senhores de terra.

No que se refere aos interesses político-econômicos da metrópole portuguesa, os mesmos acabaram impedindo, e em algumas vezes, literalmente ordenando, o fechamento de fábricas que surgiram com os surtos manufatureiros que ocorreram em algumas regiões em alguns momentos do período colonial.

Conforme colocou Brum (2009, p. 127):

Pelo tratado de 1703, em troca de livre entrada de vinhos portugueses na Inglaterra, Portugal praticamente abandonou o projeto de desenvolvimento de uma manufatura própria e passou a consumir manufaturados ingleses. Pagava a diferença da balança comercial com ouro e diamante que saíam das minas do Brasil. Dessa forma, grande parte dessa riqueza acabou nos cofres de Londres e contribuiu para financiar o processo de industrialização na Inglaterra.

Apesar desses condicionantes externos, o ciclo do ouro fez surgir em Minas Gerais, e, em menor escala também no Rio de Janeiro e outras cidades, um surto manufatureiro de relevante importância tanto pela variedade da produção (com

destaque para os setores têxtil, de ourivesaria e aproveitamento do ferro) quanto pela alta qualidade em relação aos produtos ingleses da época. Entretanto, conforme ressaltou Brum (2009, p. 128), todo esse promissor surto manufatureiro foi destruído pelo Alvará de 1785, assinado pela Rainha D. Maria, a Louca, o qual determinava a extinção de todos os teares, manufaturas e fábricas existentes no Brasil.

Já no que se refere ao padrão de consumo da classe dos senhores de terra (a única com rendas elevadas), o mesmo, ao buscar seguir o estilo de vida europeu, baseava-se, além da produção do próprio latifúndio, numa vasta gama de produtos de luxo importados, fazendo, deste modo, com que significativa parte da riqueza gerado no país vazasse para o exterior.

Conforme bem destacou Schwartzman (1975) ao fazer uma análise crítica da TBE de North, para que se inicie um processo de desenvolvimento a partir da expansão do setor exportador, torna-se necessário que algumas condições sejam preenchidas, dentre elas a de que a distribuição de renda atinja o maior número de pessoas possível.

Além disso, partindo de um simples modelo de determinação da renda regional:

$$Y = C + X - M;$$

Onde: $C = cY$; $M = mY$; $X = X'$ (variável exógena determinada pela demanda externa).
E: $Y =$ renda regional; $C =$ consumo; $X =$ exportações; $M =$ importações; $c, m =$ propensões a consumir e a importar, respectivamente.
Schwartzman (1975) chegou a seguinte equação:

$$Y = X' / (1 - c + m)$$

Através da mesma, Schwartzman (1975) nos mostra que o nível da renda de uma região não depende exclusivamente do nível das exportações, mas também da propensão a consumir e da propensão a importar. Quanto maior a propensão a consumir internamente, maior será o multiplicador das atividades exportadoras sobre a região, e quanto maior a propensão a importar, menor será o multiplicador.

Conforme já sinalizado anteriormente, apenas no ciclo do café que se pôde observar, muito concentradamente na região centro-sul (sobretudo, São Paulo), mais traços de crescimento gerado pelas exportações. A partir do século XIX, parte da renda gerada com o vigoroso comércio do café se destinou à construção das primeiras ferrovias brasileiras, as quais escoavam a produção até os portos.

Além disso, uma vez que as volumosas inversões efetuadas no setor cafeeiro levaram à absorção da economia de subsistência existente e financiaram a imigração europeia, promoveu-se no país uma transição da economia do seu modo pré-capitalista para o modo capitalista assentado no trabalho assalariado. Tal transição gerou uma expansão do setor monetário, originando assim um mercado interno de dimensões relativamente grandes, o qual abriu caminho ao surgimento de um incipiente núcleo industrial capitalista voltado para produção de artigos de consumo geral, como tecidos e alimentos elaborados (FURTADO, 1986). É verdade também que a renda gerada pelo setor exportador cafeeiro, contando com forte apoio de medidas adotadas pelo Estado (tanto no âmbito da política fiscal e monetária como da estrutura institucional), foi bastante relevante no financiamento inicial e inclusive, no aprofundamento do processo de industrialização por substituição de importações que dinamizou o país a partir de 1930 (CANO, 2000).

Entretanto, nos contextos acima mencionados, obviamente as regiões brasileiras já não eram “novas”, o país já apresentava uma população bastante grande. Além disso, conforme Cano (2000) coloca, o aprofundamento industrial brasileiro a partir de 1930 foi fruto de um amálgama de acontecimentos sintetizados pelo fato que a Grande Depressão Mundial de 1929, ao provocar o cessamento do investimento estrangeiro, uma drástica queda do valor das exportações primárias e conseqüentemente, da capacidade de importação e da renda e do emprego da economia, constituiu o estopim para o “fim” (enquanto determinante central da renda nacional) do modelo de desenvolvimento agroexportador que já vinha em crise desde 1906.

Conforme colocou Cano (2000), a partir de 1906 o país começou a apresentar significativas crises de superprodução de café. Entretanto, visando evitar o simples abandono dos cafezais e, conseqüentemente, o surgimento de uma enorme taxa de desocupação na economia, o governo, contando com o financiamento externo para a compra dos estoques excedentes de café, conseguiu evitar uma queda nos preços do produto e, conseqüentemente, pôde conferir um “relativo” sucesso ao setor cafeeiro até o mês de setembro de 1929. A partir de então, o governo federal, tendo em vista tanto a campanha sucessória da Presidência da República como uma política econômica deflacionária e de estabilização cambial, deixou de socorrer o Instituto do Café.

A partir de 1930, mediante forte apoio dos investimentos estatais no suprimento de infraestrutura econômica (energia e transportes) e em alguns setores vistos como prioritários (siderurgia, mineração e petroquímica), o modelo de crescimento e desenvolvimento que passou a dinamizar a economia brasileira foi o modelo urbano-industrial voltado essencialmente para atender o mercado interno (CANO, 2000).

Conforme se pode perceber nos trabalhos de Schwartzman (1975) e Tiebout (1977), por exemplo, várias críticas foram formuladas ao argumento que as exportações podem ser consideradas como a única fonte de desenvolvimento de uma região. Segundo os mesmos, também devem ser analisadas e estimuladas durante o processo de desenvolvimento outras variáveis e fatores tais como gastos governamentais; investimentos além do setor exportador; a propensão a importar e a poupar; bem como o tamanho do mercado interno.

Tendo isto em vista, bem como levando em consideração os aspectos supramencionados acerca dos processos iniciais de formação dos espaços estadunidense e brasileiro, longe de querer dizer que as exportações não desempenham papel importante para o crescimento de qualquer região ou país³, o que nesta seção queremos deixar claro é que nem o Brasil e nem os EUA, e nem qualquer outro país, pode ter suas dinâmicas de crescimento e desenvolvimento regional e nacional compreendidas a partir de generalizações, e mais especificamente, a partir de uma determinação exclusivamente econômica, segundo uma concepção de que o espaço (em suas diferentes escalas – internacional, nacional, regional e até mesmo, local) é um elemento neutro (conforme parece ter feito North).

Conforme apontado na discussão sobre região exposta na terceira seção deste trabalho, o espaço não constitui um elemento neutro, mas sim uma construção social. E assim sendo, a região, vista como um subespaço do espaço nacional (SANTOS,

³ Conforme Thirlwall (1979) destacou, uma vez que as importações de um país precisam ser custeadas com divisas, as exportações desempenham papel fundamental para qualquer economia, sendo bastante importantes, inclusive, para evitar restrições ao crescimento econômico pela via do balanço de pagamentos.

1982), carrega em si uma série de especificidades/particularidades, sofrendo influências dos processos sociais em diferentes escalas e em suas mais variadas determinações econômicas, político-jurídica e cultural-ideológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se que o Brasil foi colonizado, assim como os EUA, como um empreendimento essencialmente capitalista (ainda que mercantil) e apresentou durante um longo período (1500-1930) um modelo primário-exportador, este trabalho teve como objetivo geral realizar, a partir dos pressupostos da TBE e de uma breve discussão sobre o conceito de região, uma contraposição entre as dinâmicas de crescimento e desenvolvimento experimentadas pelos EUA a partir de sua colonização no século XVIII (conforme estudado por North) e pelo Brasil a partir de sua colonização no século XV.

Conforme visto na seção 4 deste trabalho, apesar do Brasil ter sido colonizado como um empreendimento capitalista (ainda que mercantil) e ter apresentado entre 1500-1930 um modelo primário-exportador, o mesmo não apresentou resultados semelhantes em termos da dinâmica de crescimento e desenvolvimento regional no sentido descrito pela TBE de North e, portanto, no mesmo sentido que os EUA.

Para encontrar as razões dos fatos supramencionados, recorreremos, a rigor, não aos pressupostos da TBE, mas sim à ideia de que a região (ponto comentado com bastante imprecisão por North) carrega uma série de particularidades quando entendemos que a mesma, em cada momento histórico, sofre influências dos processos sociais em diferentes escalas (internacional e nacional) e em suas mais variadas determinações econômicas, político-jurídica e cultural-ideológica.

A partir desta visão, se torna possível entender porque apesar de ter sido colonizado como um empreendimento capitalista, o Brasil, diferentemente do que ocorreu nos EUA, sequer apresentou de pronto no seu interior um quadro de instituições capitalistas (como, por exemplo, a existência de mão de obra assalariada); não podendo, portanto, inclusive se enquadrar na TBE de North.

Na verdade, no que se refere à TBE de North, percebemos que a mesma – ao basear-se exclusivamente em determinações de ordem econômica, segundo uma concepção de que o espaço constitui um elemento neutro, sob o qual as coisas se inscrevem – é bastante limitada para explicar, inclusive, o próprio crescimento e desenvolvimento das “regiões novas” dos EUA.

REFERÊNCIAS

BEZZI, Meri Lourdes. *Região: desafios e embates contemporâneos*. Rio Grande do Sul, EDUSC. 1998. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/sep/pdf/sep_67/meri_lourdes_bezzi.pdf>. Acessado: 12 de novembro de 2014.

BREITBACH, Áurea C. de M. *Estudo sobre o conceito de região*. 1988. 96 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987.

- BRUM, A. J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 26. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2009.
- CANO, Wilson. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2000.
- CORAGGIO, J. L. *Sobre la espacialidade social y el concepto de región*. México, El Colegio de Mexico/ Centro de Estudios Economicos y Demográficos, 1979.
- FERREIRA, Maria de Fátima S.; LEMOS, Mauro B. Localização Industrial e Fatos Estilizados da Nova Reconfiguração Espacial no Nordeste. *In: Revista Econômica do Nordeste*. Vol.31, N. Especial, Fortaleza, nov. de 2000.
- FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção Os Economistas).
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1997.
- HARVEY, D. O trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em torno do Ambiente Construído nas sociedades capitalistas avançadas. *In: Espaço e Debates*, número 06, ano 02, São Paulo: Cortez, 1982.
- LACERDA, A. C. et. al. *Economia Brasileira*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- LIPIETZ, A. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel Editoria, 1988.
- NORTH, D. Teoria de localização e crescimento econômico regional. 1955. *In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). Economia regional: textos selecionados*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977b.
- PEREIRA, William Eufrásio Nunes. *Reestruturação do Setor Industrial e Transformação do Espaço Urbano de Campina Grande – PB a partir dos anos 1990*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2008.
- SANTOS, M. O Espaço e seus elementos: questões de método. *In: Revista Geografia e Ensino*. n. 1, ano 1, Dpt. de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, 1982.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SCHWARTZMAN, J. A. Teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional. *In: HADDAD, P. R. Desequilíbrios regionais e descentralização industrial*. Rio de Janeiro: IPEA, 1975.
- SOUZA, N. J. Conceito e aplicação da teoria da base econômica. *In: Perspectiva econômica*, UNISINOS. São Leopoldo, RS. v. 10, n. 25, março 1980. Disponível em: <http://www.nalijsouza.web.br.com/downloads/outros-textos/economia-rio-grande-do-sul/teoria_base_rs.pdf>. Acessado em: 20 de novembro de 2014.

A teoria da base de exportação de Douglass North: Uma contraposição entre os casos do Brasil e Estados Unidos a partir do conceito de região

TIEBOUT, C. As exportações e o crescimento econômico regional. *In:* SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia regional: textos selecionados*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977b.